

PSICOLOGIA E POBREZA NA AMÉRICA LATINA: SUBJETIVIDADE, RESISTÊNCIA E DESNATURALIZAÇÃO

Maria Eduarda de Queiroz

Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; queirozmqduda@gmail.com.

Camilly Vitória Fontes da Silva

Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; camysfontes@gmail.com.

Luan Marcos de Queiroz

Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; luanmarcos5584@gmail.com.

Paulo César Alves Pereira

Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; masterpaulo22@gmail.com.

Sara Dantas Forte Xavier

Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; saradfx17@gmail.com.

Hudson Walker Simão Carneiro

Professor; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; hudsonwalkerpsi@gmail.co

RESUMO

A pobreza na América Latina constitui um fenômeno histórico e estrutural que transcende meros indicadores financeiros, impactando profundamente as dimensões psíquica, simbólica e política dos sujeitos submetidos a processos de marginalização. Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões fundamentadas sobre a categoria pobreza e o sofrimento ético-político dialogando com a psicologia da libertação discutidas na obra de Martín Baró, acerca da Ideologia de Submissão, Cultura do Silêncio e Síndrome Fatalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, pautada na análise de conteúdo de caráter interpretativo de referenciais teóricos que abordam as implicações psicossociais da opressão. Os resultados evidenciam que a estrutura social desigual é internalizada pelos indivíduos por meio de processos de resignação que tendem a naturalizar a miséria e a anular a subjetividade. O estudo aponta para a compreensão do indivíduo como sujeito em expansão, dotado de agência e de capacidade de enfrentamento e transformação da realidade. Reitera-se a necessidade de uma Psicologia implicada ética e politicamente, que ultrapasse a visão clínica tradicional e atue na desnaturalização do sofrimento social. Conclui-se que o fortalecimento da autonomia, a escuta qualificada e o incentivo ao desenvolvimento da consciência crítica são elementos essenciais para a promoção da justiça social e da dignidade humana, possibilitando que o sujeito se reconheça como participante ativo de sua própria história e capaz de romper com as estruturas de dominação e alienação.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social; Marginalização; Alienação; Intervenção Ético-Política; Potencial de Reação.



1 INTRODUÇÃO

Primordialmente, a pobreza na América Latina estruturou-se de modo desigual, não podendo ser compreendida apenas como um fenômeno isolado ou desprovido de precedentes históricos. De acordo com Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012), essa realidade é o resultado de um processo secular de marginalização ao qual o povo latino-americano foi submetido, o que exige uma análise que transcenda a esfera estritamente financeira e alcance, de forma aprofundada, a dimensão psíquica dos indivíduos.

Nesse sentido, a pobreza não deve ser entendida como um evento natural, mas como uma realidade social multidimensional que impacta diretamente a estrutura do psiquismo humano.

Embora a carência material seja frequentemente mensurada por indicadores monetários, como os apresentados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, esses dados e estatísticas mostram-se insuficientes para capturar a totalidade da realidade psíquica, simbólica e política vivida pelos sujeitos. Enquanto tais índices quantificam a insuficiência de renda, pouco revelam sobre o sofrimento ético-político e a sensação de invisibilidade.

Como afirma Ignacio Martín-Baró (1998), a realidade regional é impregnada de pobreza e opressão, o que contribui para o desenvolvimento de formas singulares de estruturação do psiquismo. Complementarmente, Amartya Sen (2000) propõe que a pobreza seja vista como uma privação multidimensional, envolvendo a falta de acesso a necessidades básicas como educação, saúde e lazer, fatores que afetam diretamente a saúde mental.

Essa limitação evidencia a necessidade de a Psicologia assumir um compromisso ético com as populações em situação de opressão, buscando compreender como a desigualdade é internalizada. O desafio central reside na tendência histórica de naturalizar a pobreza, tratando-a como uma condição imutável, o que traz como consequência a anulação da subjetividade e do poder de agência.

Ao ser reduzida a uma carência econômica, a pobreza perde sua dimensão política, fazendo com que o sujeito se sinta responsável por uma condição produzida por estruturas desiguais. Diante desse cenário, coloca-se a seguinte questão: de que maneira a Psicologia pode contribuir para a desnaturalização da pobreza e para o reconhecimento do sujeito como um ser em potencial, além de uma estatística, e assim transcender um sofrimento ético-político?

Com base nesse questionamento, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar reflexões críticas sobre a categoria pobreza e seu diálogo com a Psicologia, fundamentando-se na Psicologia da Libertação. Especificamente, busca-se discutir categorias como a Ideologia de Submissão, a Cultura do Silêncio, proposta por Paulo Freire (1980), e a Síndrome Fatalista, demonstrando que o indivíduo é capaz de reagir diante de condições dolorosas. Tal discussão



justifica-se pela urgência de uma implicação ética e política da Psicologia, buscando anunciar compreensões a partir do ponto de vista do próprio sujeito e promovendo sua desalienação.

Nessa perspectiva, o estudo não se limita à análise das carências, mas enfatiza a potência do sujeito em expansão. A subjetividade é compreendida, conforme a teoria de Lev Vygotsky (1991), como um campo dinâmico mediado pela cultura e pela linguagem, em que os signos funcionam como ferramentas psicológicas para a construção de novos laços. Assim, espera-se que estas reflexões contribuam para o fortalecimento de uma Psicologia comprometida com a transformação social e a promoção da libertação dos sujeitos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Por muito tempo se foram produzidos estudos acerca da pobreza tratando apenas como uma condição monetária causadora da miséria, uma perspectiva capitalista cuja relações e necessidades humanas são reduzidas apenas a trocas mercantis segundo os estudos de Lacerda (2009) e Sprand (2004).

Sob essa ótica, a pobreza seria limitada à ausência do consumismo. Essa redução do ser humano à sua capacidade de consumo ignora as raízes estruturais da desigualdade e as marcas psíquicas deixadas pela exclusão social, tratando o sujeito como um dado estatístico e não como um ser biopsicossocial. Ao focar apenas no déficit financeiro, a ciência tradicional falha em perceber que as necessidades humanas transcendem o “ter” e localizam-se no “ser” e no pertencer.

Martín-Baró (1998) afirma a realidade latino-americana como impregnada de pobreza e opressão, e ao falar sobre pobreza em um continente tão complexo e diverso culturalmente como a América Latina, não se pode ignorar marcadores sociais históricos e diversos, afinal, fala-se de uma região que historicamente esteve sempre à mercê da marginalização e em constante exploração.

Porém, neste trabalho compreende-se pobreza como uma privação multidimensional, ou seja, não se entende pobreza apenas como uma questão monetária, e sim como algo cultural. A visão de Martín-Baró convoca a Psicologia a olhar para as feridas abertas pelo colonialismo e pela exploração sistemática, compreendendo que a pobreza é uma ferramenta de controle que busca despolitizar o indivíduo, tornando-o submisso a estruturas que o oprimem.

Para Sen (2000), trata-se de uma situação de privação de suas necessidades, tais como alimentação, educação, segurança, moradia, saúde e lazer. Limitar o significado de pobreza a questões financeiras seria como ignorar fatores culturais e contextos sociais que também afetam o bem-estar do indivíduo e sua saúde mental. Sen (2000) propõe que o desenvolvimento deve ser visto como a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, sendo a pobreza a negação dessas liberdades

fundamentais. A privação de capacidades básicas impede o indivíduo de “funcionar” plenamente na sociedade, gerando marcas profundas na saúde mental e cerceando a liberdade de ser e agir no mundo.

De acordo com Góis (2008) e Martín-Baró (1998), a desigualdade continental presente na América Latina provém de um sistema capitalista neoliberal centralizador de renda, que concentra a maior parte da riqueza em uma minoria de ricos que controlam os meios de produção e facilitam a entrada do capital estrangeiro monopolista e “sanguessuga” para a exploração de suas riquezas. Essa dinâmica de exploração faz com que a riqueza produzida não chegue à maioria pobre, gerando uma despossessão não apenas material, mas também simbólica.

Desta forma, esse fenômeno rotineiro passa a fazer cada vez mais parte da realidade e as pessoas passam a se acostumar com essa forma de se viver, entrando em um processo de alienação onde passam a crer que são responsáveis pelas condições que lhes são impostas por um sistema desigual e centralizador de renda. A alienação atua como uma anestesia social, onde o indivíduo internaliza a culpa por sua condição de vulnerabilidade, desconsiderando as forças macroestruturais que o mantêm em estado de miséria.

Sendo assim, a psicologia passa a ter uma importância maior para aqueles que estão marginalizados e em estado de alienação e submissão em condições de vida miseráveis na pobreza. Montero (2006), Góis (2005) e Ximenes & Barros (2009) se posicionam a favor de que a psicologia passe a ter um papel maior na transformação social, transformando simbolicamente e concretamente a realidade social. Essa transformação exige que o profissional supere a visão puramente ambulatorial para se tornar um agente de desalienação, ajudando o sujeito a romper com a submissão e a reconhecer sua agência histórica.

Como propõe Freire (1980), a dominação se estabelece por meio de uma Cultura do Silêncio, onde os sujeitos se submetem ao silêncio diante das práticas de dominação dos opressores aos oprimidos. Paulo Freire ensina que o silêncio não é apenas ausência de som, mas ausência de consciência crítica; superar essa cultura exige um processo de “tomada de palavra”, onde o oprimido se descobre como sujeito histórico capaz de transformar o mundo.

Segundo a teoria Histórico Cultural de Lev Vygotsky (1991), o ser humano está em constante mudança a partir da sua interação social com o meio ambiente e com a cultura, através da linguagem. Esta é formada por signos, palavras, desenhos, mapas e outros, que se tornam ferramentas psicológicas para a construção de novos laços.

Vygotsky (1991) argumenta que o desenvolvimento psicológico superior é mediado culturalmente; portanto, se o acesso à cultura é negado pela pobreza, o desenvolvimento dessas funções é severamente prejudicado. Pode-se, portanto, afirmar que a pobreza não se limita apenas à posse de capital, mas também à interação social com outros sujeitos e ao acesso cultural que se obtém por meio do contato com outros seres.



A carência material, ao restringir o contato com instrumentos culturais e simbólicos, acaba por mutilar as possibilidades de (re)significação da realidade vivida pelo sujeito, limitando sua capacidade de projetar novos futuros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa tem natureza bibliográfica, fundamentada em uma abordagem qualitativa e exploratória. O procedimento metodológico consistiu no levantamento e análise crítica de referenciais teóricos que discutem as implicações psicossociais da pobreza, tendo como fonte principal o estudo de Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012).

A partir da análise teórica empreendida, a discussão deste trabalho propõe um deslocamento do foco das carências estruturais para a potência dos indivíduos. Embora a pobreza atue como um fator condicionante do psiquismo, o sujeito não deve ser compreendido como um receptor passivo da opressão ou um ser limitado por sua condição socioeconômica.

Pelo contrário, os dados bibliográficos apontam para a compreensão do indivíduo como um ser "em expansão", dotado de uma inerente capacidade de enfrentamento e (re)ação. Essa perspectiva reconhece que, mesmo diante de contextos de profunda vulnerabilidade, o sujeito preserva sua agência e capacidade de transformar uma realidade social opressora.

Assim, a discussão busca desnaturalizar a resignação, evidenciando que a subjetividade humana é um campo de forças em constante movimento, capaz de anunciar novas compreensões e saídas para as condições de dor psíquica impostas pela pobreza.

3.2 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

Para a composição do corpus de análise, foram selecionadas obras que abordam a pobreza para além do fator financeiro, focando em dimensões psíquicas, simbólicas e políticas. A amostra final é composta por cinco obras fundamentais de autores centrais, como Amartya Sen, Ignacio Martín-Baró, Paulo Freire e Lev Vygotsky, além de artigos científicos complementares, totalizando cerca de 12 materiais de suporte.

A seleção dos trabalhos buscou estabelecer um diálogo equilibrado entre obras clássicas que fundamentam as categorias de Síndrome Fatalista e Cultura do Silêncio, publicadas entre as décadas de 1980 e 1990, e materiais recentes, como o estudo de Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012), utilizado como principal fonte de dados bibliográficos para este trabalho. Essa escolha temporal

permite uma compreensão que articula a base histórica da marginalização aos processos contemporâneos de resistência.

As buscas pelos materiais foram concentradas em plataformas acadêmicas de alta credibilidade, como Google Acadêmico, SciELO e PePSIC. O critério de inclusão priorizou produções que desnaturalizam a pobreza e reconhecem o indivíduo como um sujeito em expansão, dotado de agência e potência de enfrentamento.

3.3 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo de cunho interpretativo, pautada na identificação e discussão das principais categorias teóricas extraídas da literatura. Seguindo as orientações metodológicas de Bardin (2016), os dados foram submetidos a um processo sistemático de descrição e inferência, com foco em conceitos fundamentais da Psicologia Social latino-americana. Foram examinadas categorias como Ideologia de Submissão e de Resignação, Cultura do Silêncio e Síndrome Fatalista, sendo esta última uma categoria central na obra de Ignacio Martín-Baró (1998), utilizada para descrever a internalização da opressão.

A partir dessas categorias, os dados foram organizados e confrontados com o objetivo de compreender como a realidade social desigual é internalizada pelos sujeitos e de que forma essa estrutura pode ser ressignificada. A análise pautou-se na dialética entre a opressão imposta pelo meio social e a subjetividade em processo de expansão, buscando evidenciar possibilidades de transformação social a partir do fortalecimento do psiquismo. Como defendido por Ignacio Martín-Baró (1998), esse processo analítico visa à desalienação do sujeito frente às estruturas sociais que historicamente o mantêm em silêncio, promovendo o reconhecimento de sua agência e de sua potência transformadora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Ideologia de Submissão e a Síndrome Fatalista

A análise bibliográfica dos documentos estudados evidencia que a pobreza, quando vivenciada de forma prolongada, produz efeitos que ultrapassam a esfera material e incidem diretamente sobre a subjetividade, configurando o que se pode denominar como sofrimento ético-político. Esse sofrimento não é apenas uma dor individual, mas a marca psíquica de um processo secular de marginalização que invisibiliza o sujeito e nega sua dignidade. Nesse contexto, destaca-se

a Ideologia de Submissão e Resignação, compreendida como o processo pelo qual as estruturas de desigualdade social são internalizadas, levando o indivíduo a naturalizar sua própria condição de precariedade.

Segundo Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012), esse fenômeno manifesta-se por meio da aceitação passiva das condições de vida, o que reduz a capacidade de indignação e favorece a manutenção das estruturas de poder vigentes. Ao aceitar a pobreza como um dado imutável, o sujeito entra em um estado de alienação, passando a interpretar sua miséria como resultado de falhas pessoais e ignorando o sistema capitalista neoliberal que centraliza a renda e explora as riquezas da região. Como afirma Ignacio Martín-Baró (1998), a realidade latino-americana é impregnada de pobreza e opressão, exigindo que a Psicologia se implique eticamente para desvelar essas formas de dominação.

Associada a esse processo, identifica-se a Síndrome Fatalista, caracterizada pela crença de que o futuro está previamente determinado por forças externas e que não há possibilidades reais de mudança. No psiquismo do oprimido, o fatalismo funciona como uma barreira que impede o reconhecimento de si como um agente transformador, reforçando o conformismo e a Cultura do Silêncio. Para Paulo Freire (1980), esse silenciamento é uma ferramenta de controle que priva o sujeito de sua voz e de sua agência histórica. Assim, o sofrimento ético-político é alimentado por essa percepção de impotência, que compromete o engajamento em ações coletivas.

Nesse sentido, observa-se que o fatalismo e a submissão não são características biológicas ou morais dos indivíduos, mas construções sociais decorrentes de contextos históricos de exploração. Para transcender esse sofrimento, a Psicologia deve atuar na desnaturalização da pobreza, incluindo as manifestações psíquicas às suas raízes políticas e históricas. Ao reconhecer o oprimido como um sujeito em expansão, dotado de uma inerente capacidade de reação, a prática psicológica promove o fortalecimento da autonomia e da consciência crítica necessárias para a transformação da realidade social.

A análise bibliográfica dos documentos estudados evidencia que a pobreza, quando vivenciada de forma prolongada, tende a produzir efeitos que ultrapassam a esfera material, incidindo diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos. Nesse contexto, destaca-se a Ideologia de Submissão e Resignação, compreendida como um processo pelo qual as estruturas de desigualdade social são internalizadas, levando o sujeito a naturalizar sua própria condição de precariedade.

Esse fenômeno manifesta-se por meio da aceitação passiva das condições de vida, reduzindo a capacidade de questionamento e enfraquecendo a indignação diante das injustiças sociais. A internalização dessa lógica contribui para a reprodução das desigualdades, uma vez que o indivíduo passa a interpretar sua situação como resultado exclusivo de falhas pessoais, desconsiderando os determinantes históricos e estruturais que a produzem.

Associada a esse processo, identifica-se a Síndrome Fatalista, caracterizada pela crença de

que o futuro está previamente determinado e que não há possibilidades reais de mudança. Tal percepção limita a capacidade de planejamento, reduz a expectativa de melhoria e compromete o engajamento em ações transformadoras. Do ponto de vista psicológico, esse quadro pode estar relacionado a sentimentos de impotência, desesperança e desmotivação, configurando um cenário que favorece a manutenção da exclusão social.

Nesse sentido, observa-se que o fatalismo não deve ser compreendido como uma característica individual, mas como uma construção social decorrente de contextos históricos de opressão. Essa compreensão é fundamental para evitar interpretações culpabilizadas e para orientar práticas psicológicas que promovam o fortalecimento da autonomia e da consciência crítica.

4.2 O Silenciamento e a Cultura da Pobreza

Outro aspecto relevante identificado na análise refere-se à Cultura do Silêncio, conceito que expressa a forma como sujeitos em contextos de pobreza são historicamente privados de sua voz e de sua capacidade de expressão. Como propõe Paulo Freire (1980), a dominação se estabelece por meio de um silenciamento sistemático em que os sujeitos se submetem às práticas dos opressores. Esse fenômeno não se restringe à ausência de fala, mas envolve a privação do direito à palavra e à agência histórica, limitando o acesso do indivíduo a espaços de participação social, política e simbólica.

A restrição ao uso da linguagem como ferramenta de mediação social compromete diretamente o desenvolvimento da consciência crítica. De acordo com a teoria de Lev Vygotsky (1991), o ser humano transforma-se a partir da interação social mediada por signos, que funcionam como ferramentas psicológicas para a construção de novos laços. Quando a pobreza impõe barreiras ao acesso cultural e educacional, o sujeito é privado desses instrumentos simbólicos essenciais para a interpretação da realidade. Dessa forma, o silêncio torna-se um mecanismo de manutenção das estruturas de poder, impedindo a problematização das condições de vida e a articulação de estratégias coletivas de enfrentamento.

Do ponto de vista psicológico, a Cultura do Silêncio é um dos pilares do sofrimento ético-político, gerando sentimentos de invisibilidade, desvalorização e não pertencimento. A ausência de reconhecimento social contribui para o enfraquecimento da identidade e da autoestima, reforçando a percepção de inferioridade e exclusão que, conforme Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012), é fruto de um processo secular de marginalização. Ao internalizar essa lógica de silenciamento, o oprimido perde a percepção de si como um ator político, o que dificulta a organização necessária para a transformação social.

Nesse contexto, a atuação da Psicologia torna-se fundamental na promoção de espaços de escuta qualificada, nos quais o sujeito possa se expressar, ressignificar suas experiências e reconstruir

sua narrativa. Ao favorecer o uso da linguagem como instrumento de emancipação e desalienação, a prática psicológica contribui para romper com o silenciamento histórico e fortalecer a participação ativa do sujeito em expansão na construção de sua própria história. Assim, a ciência psicológica deixa de ser apenas uma observadora do déficit para se tornar uma ferramenta de libertação e justiça social.

4.3 O Sujeito em Expansão e o Potencial de Enfrentamento: transcendendo o sofrimento Ético-Político

A análise teórica empreendida neste trabalho propõe um deslocamento fundamental do foco das carências estruturais para a potência e agência dos indivíduos. Embora a pobreza atue como um forte fator condicionante do psiquismo, o sujeito não deve ser compreendido como um receptor passivo da opressão ou um ser limitado estritamente por sua condição socioeconômica. Pelo contrário, as evidências bibliográficas apontam para a compreensão do indivíduo como um ser em expansão, dotado de uma inerente capacidade de enfrentamento e reação diante das adversidades.

Essa visão encontra respaldo científico na Teoria Histórico-Cultural de Lev Vygotsky (1991), que sustenta que o ser humano está em constante mudança a partir de sua interação social com o meio e a cultura. Para ele, a linguagem e os signos funcionam como ferramentas psicológicas essenciais para a construção de novos laços sociais, permitindo que a subjetividade humana se configure como um campo de forças em constante movimento. Nesse sentido, a pobreza não limita apenas a posse de capital, mas impacta o acesso cultural e a mediação social, ferramentas que o sujeito em expansão busca reaver para transformar sua realidade.

Complementarmente, a perspectiva de Amartya Sen (2000) corrobora essa ideia ao definir a pobreza como uma privação multidimensional de capacidades. Ao reconhecer o sujeito para além de uma fria estatística monetária, a Psicologia foca no desenvolvimento dessas capacidades, como educação e participação social, que funcionam como motores para a agência humana. Esse reconhecimento é o que permite à Psicologia desnaturalizar concepções de passividade e anunciar compreensões a partir do ponto de vista dos próprios sujeitos, fortalecendo sua agência histórica.

Autores como Maritza Montero (2006), Cezar Wagner de Lima Góis (2005) e Ximenes e Barros (2009) reforçam que a ciência psicológica deve assumir um papel ativo na transformação social, atuando de forma a converter o sofrimento em potência de resistência. Para Ignacio Martín-Baró (1998), reconhecer essa potência transformadora daqueles que vivem sob condições de marginalização é o primeiro passo para uma atuação verdadeiramente libertadora. Assim, a discussão proposta busca romper com a resignação imposta pelo sistema, evidenciando que a libertação do sujeito passa necessariamente pelo fortalecimento de sua autonomia e pela superação das ideologias que buscam manter a pobreza como um fato imutável.

4.4 Implicação Ética e Política da Psicologia na Desnaturalização do Sofrimento

Por fim, a observação dessas categorias psicológicas contribui para enfatizar a possível e necessária implicação da Psicologia com os sujeitos que se encontram em condições de opressão. Ao dialogar com as categorias de submissão, fatalismo e silêncio, a prática psicológica busca desnaturalizar o sofrimento social, ou sofrimento ético-político, que emerge da negação da dignidade e da invisibilização do sujeito. Isso é feito vinculando as manifestações psíquicas às raízes políticas e históricas da pobreza na região, exigindo uma análise que transcenda a esfera financeira para atingir a totalidade da realidade simbólica vivida pelos indivíduos. Como sustenta Ignacio Martín-Baró (1998), reconhecer a agência histórica e a potência transformadora daqueles que vivem sob condições de marginalização é o primeiro passo para uma atuação verdadeiramente libertadora, que rompa com a alienação imposta por sistemas desiguais.

A libertação do sujeito em condição de pobreza passa necessariamente pelo fortalecimento de sua autonomia e pela superação das ideologias que buscam manter a pobreza como um fato natural e imutável. Nesse sentido, a tendência histórica de naturalização deve ser combatida através de processos de conscientização que devolvam ao oprimido o seu direito à palavra, rompendo com a Cultura do Silêncio descrita por Paulo Freire (1980). A Psicologia, ao reconhecer o sujeito como um ser capaz de transformar a sua realidade, contribui diretamente para o fortalecimento de processos de justiça social em todo o cenário latino-americano, alinhando-se às necessidades reais da população oprimida e superando a visão clínica tradicional.

Entretanto, o estudo também evidencia que, mesmo em contextos de extrema vulnerabilidade e privação multidimensional de necessidades básicas como saúde e educação, conforme discutido por Amartya Sen (2000), o sujeito não deve ser reduzido à condição de passividade. A partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica e da Psicologia da Libertação, reconhece-se o indivíduo como um ser histórico, ativo e em constante processo de construção.

Esse indivíduo, caracterizado como um sujeito em expansão, é dotado de uma inerente capacidade de enfrentar e resistir às condições dolorosas, utilizando a linguagem e os signos como ferramentas psicológicas de transformação, tal como preconizado na Teoria Histórico-Cultural de Lev Vygotsky (1991). Dessa forma, reafirma-se o papel ético e político da ciência psicológica em promover a desalienação e valorizar a escuta qualificada como instrumento de emancipação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que a pobreza não pode ser compreendida apenas como um fenômeno econômico ou naturalizado, deve ser analisado através de todo o sofrimento ético político vivenciado pelo sujeito, como uma construção histórica, social e ideológica que incide diretamente sobre a subjetividade e o psiquismo dos indivíduos.

A tendência recorrente de naturalização da pobreza contribui para sua legitimação e para a invisibilização dos sujeitos, sendo necessário romper com essa perspectiva reducionista e construir formas de desenvolver uma psicologia social comprometida com a transformação social.

Compreende-se que os sujeitos não devem ser vistos como passivos diante da opressão. Ao contrário, as análises demonstram que os indivíduos são capazes de desenvolver formas de enfrentamento e resistência às adversidades impostas pelo contexto social em que estão inseridos. Nesse sentido, a subjetividade revela-se como um espaço de resistência e potencial transformação.

Nessa perspectiva, a Psicologia Social Crítica desempenha papel fundamental e transformador ao questionar a concepção da pobreza como algo natural. Contribui, assim, para que o indivíduo se reconheça como participante ativo de sua própria história, promovendo processos de desalienação e fortalecimento da autonomia.

Dessa forma, destaca-se a importância de uma atuação psicológica ética e comprometida com a realidade social, que valorize a escuta qualificada e incentive o desenvolvimento da consciência crítica, buscando romper com estruturas sociais que normalizam o sofrimento ético político enraizado vivido pelo sujeito. Conclui-se que é fundamental compreender a pobreza de maneira ampliada, considerando não apenas o nível individual, mas também os fatores sociais e estruturais que influenciam as condições de vida e o sofrimento das populações na América Latina.

REFERÊNCIAS

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: Simpósio Brasileiro de Banco de Dados, 9, 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1994.

CIDADE, E. C.; MOURA JUNIOR, J. F.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 68, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.5886>. Acesso em: 28 abr. 2026.

FREIRE, P. **Conscientização e a cultura do silêncio**. São Paulo: Moraes, 1980.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária e transformação social**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2008.

LACERDA, F. **Análise da pobreza como condição monetária e relações mercantis**. Goiânia: [s.n.], 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. **A realidade latino-americana e a síndrome fatalista**. Madrid: Trotta, 1998.

MONTERO, M. **O papel da psicologia na transformação social na América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

SEN, A. **A pobreza como privação de capacidades e necessidades multidimensionais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPRAND, R. **A perspectiva capitalista da pobreza: subjetividade e consumo**. [S.l.: s.n.], 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria histórico-cultural da mente: a formação social do psiquismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.